

Governo inicia desmonte de garimpo na terra yanomami



Motoristas fazem reparo em ponte improvisada na estrada que liga o porto do Arame, no rio Uraricoera, à vila de Reislândia, em Alta Alegre (RR) Fotos Lalo de Almeida/Folhapress

Garimpeiros fogem de área yanomami de barco, a pé e passam dias na mata

Invasores deixam área com o básico; governo iniciou operações para tentar desmontar a exploração

Lalo de Almeida e Vinicius Sassine

ALTO ALEGRE (RR) E BOA VISTA Para quem não consegue escapar pelo ar, a fuga da Terra Indígena Yanomami envolve caminhadas por dias na floresta, percursos em barcos ao longo do rio Uraricoera —que podem durar entre um e dois dias— e caminhadas por terra, mais precisamente por 30 quilômetros de uma estrada vicinal que conecta uma vila e um portinho usados como bases logísticas para o garimpo ilegal.

A reportagem da Folha esteve em dois portinhos clandestinos e constatou o movimento de fuga feito por garimpeiros que invadiram a terra indígena, após o início da asfixia das atividades de garimpo ilegal.

O governo Lula (PT) deu início às operações de retirar os mais de 20 mil garimpeiros que invadiram o território ao longo dos últimos anos. As ações couberam ao Ibama (instituto ambiental), com suporte da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e da Força Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Agentes do Ibama estiveram na terra indígena na segunda (6) e na terça-feira (7). Eles destruíram helicóptero, um avião, um trator e estruturas que garantiam a logística de uma área de garimpo. Houve ainda apreensão de duas armas e três barcos com cerca de 5.000 litros de combustível.

Como parte do início da operação uma base de controle foi instalada num trecho do rio Uraricoera, um dos principais cursos d'água usados para acesso dos invasores às áreas de exploração de ouro e cassiterita.

Esse rio vem sendo usado também como rota de fuga de garimpeiros, desde o início do controle do espaço aéreo pela FAB (Força Aérea Brasileira), no último dia 1º, com restrição de voos no territó-

rio. E, desde o dia 20, ações de emergência em saúde estão em curso, com equipes deslocadas para as regiões de Surucucu e Auaris.

Todos esses fatores provocaram um movimento de fuga de garimpeiros, que se viram diante de preços inflacionados de voos clandestinos, operados por outros garimpeiros.

O preço para um deslocamento pode chegar a R\$ 15 mil, e invasores mais pobres se veem sem condição de pagar. Pilotos cobram ainda em ouro. Uma viagem individual não sai por menos de 15 gramas de ouro —R\$ 280 por grama na cotação dos garimpeiros ilegais, R\$ 4.200 no total.

Há relatos de pistas de poço clandestinas intencionadas pelos próprios garimpeiros, como forma de protesto, e de invasores ilhados na floresta, sem condição de deixarem a região. Por isso, grupos de garimpeiros têm feito o caminho de volta pela mata, pela água e por terra.

O porto do Arame, como é conhecido, é um dos pontos de chegada de garimpeiros, muitos deles com famílias, incluídas crianças.

O entreposto no rio Uraricoera só é acessado por uma estrada vicinal em péssimo estado de conservação —e assim mantida para evitar a aproximação de policiais.

Para percorrer os 30 quilômetros entre a vila Reislândia (ou vila do Paredão, como é mais conhecida) e o portinho, são necessárias três horas num carro com tração 4 x 4 e pneus adaptados para a lama. A vila pertence ao município de Alta Alegre (RR), que fica a 85 quilômetros da capital Boa Vista.

Garimpeiros estão chegando ao portinho depois de dias de caminhada na mata e de um ou dois dias descendo o rio em barcos grandes, de 12 metros de comprimento.

Muitos desses garimpeiros carregam apenas uma rede de dormir e um terço. Outros levam malas nos ombros e galões usados para guardar



Família aguarda na estrada que liga porto do Arame à vila Reislândia, em Alto Alegre (RR)



Homem mostra ouro extraído de terra indígena

“Nós acreditamos que só será possível assegurar uma universalização da saúde indígena do povo yanomami com a retirada dos garimpeiros para a das comunidades e dos nossos profissionais

Ricardo Weibe Tapeta
secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde

galões espalhados, carcaças de barracas de apoio desmontadas, muita sujeira e carros queimados —a queima teria ocorrido em operações passadas do Ibama.

Um segundo portinho usado pelos garimpeiros é conhecido como porto da Calcinha —uma calcinha vermelha marca a entrada do lugar. Esse entreposto tem um acesso mais fácil, e até por isso vem sendo menos usado pelos invasores, temerosos de ações policiais. Motoristas ficam no porto aguardando garimpeiros que chegam pelo rio Uraricoera, para o transporte até os núcleos urbanos.

A presença de mais de 20 mil garimpeiros na terra yanomami, durante tanto tempo, só foi possível em razão da grande quantidade de voos clandestinos que operam no território.

Mesmo com a declaração de emergência em saúde pública, com maior presença de equipes de saúde em Auaris e Surucucu e com a atenção voltada à crise dos yanomamis, o garimpo vinha executando mais de 40 voos por dia.

O controle do espaço aéreo pela FAB se deu a partir de um decreto do presidente Lula que ampliou o poder de atuação do Ministério da Defesa e permitiu a criação da Zida (Zona de Identificação de Defesa Aérea).

Em uma área ficaram proibidas aeronaves, a não ser militares ou relacionadas a operação de emergência. Foram especificadas ainda áreas reservadas ou restritas. Radars móveis passaram a dar suporte a esse controle do espaço aéreo. “As aeronaves que descumprirem as regras estabelecidas nas áreas determinadas pela Força Aérea estarão sujeitas às medidas de proteção do espaço aéreo”, disse a Aeronáutica, em nota.

Segundo o secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Ricardo Weibe Tapeta, o governo conta com a saída dos garimpeiros para implantar pelo menos dois hospitais de campanha no território yanomami, um na região do Surucucu e outro no Auaris, a fim de desafogar a alta demanda de pacientes que precisam ser removidos por aviões da área indígena para Boa Vista.

“Nós acreditamos que só será possível assegurar uma universalização da saúde indígena do povo yanomami com a retirada dos garimpeiros para a das comunidades e dos nossos profissionais”, declarou durante entrevista coletiva nesta terça, em que fez um balanço dos trabalhos iniciais da força-tarefa para conter a crise.

“Estamos aguardando a conclusão da reforma da pista de Surucucu para agente tentar antecipar ou agilizar a implantação de um novo hospital de campanha naquela região. Entendemos que neste momento precisamos de no mínimo dois hospitais de campanha funcionando no território e temos clareza de que é possível fazer o tratamento de muitos desses pacientes no próprio território”, disse.

O ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, disse nesta quarta-feira que existe a preocupação de “não prejudicar inocentes”, em referência aos garimpeiros que estão em fuga da Terra Indígena Yanomami.

Ao ser questionado sobre o papel das Forças Armadas em futuras ações de retirada de invasores e sobre o tratamento que será dispensado a garimpeiros em fuga, o ministro afirmou: “Essa é uma questão da Justiça, evidentemente”.

Nos termos de preocupação de não prejudicar inocentes, Mucio e outros ministros do governo Lula (PT), além dos comandantes das Forças Armadas, visitaram no fim da tarde a Casa (Casa de Saúde Indígena) Yanomami, em Boa Vista, Roraima.

Colaborou João Paulo Pires, de Boa Vista.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano **Caderno:** B **Página:** 1